



Desafios de Proximidade e Participação

A edição nº 9 da *Newsletter* Rede em Prática dá conta de várias actividades desenvolvidas pelas redes sociais locais. Os resultados da última avaliação do Programa Rede Social chamam a atenção, entre outros aspectos, para o potencial de disseminação que estas iniciativas das redes encerram e que deve ser intensificado, com vista ao reforço e a valorização da sua visibilidade e identidade, bem como “a capacitação e reflexão em torno do trabalho realizado”, apoiando os processos de aprendizagem que, inevitavelmente, têm que ser feitos.

Esta aprendizagem torna-se ainda mais necessária no contexto contemporâneo em que a pobreza e exclusão social colocam novos desafios às redes, pois estão cada vez mais associadas a novos fenómenos, tais como a perda de competitividade e encerramento das empresas, e ao desemprego jovem atingindo, por diferentes razões, os desempregados e as suas famílias, para além dos grupos de população mais vulneráveis, que se encontram com necessidade de apoio social urgente entre eles os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes...

Nesse sentido, alguns programas e medidas têm vindo a ser reforçados. Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social + (CLDS+), recentemente lançados, vêm dar resposta a estas preocupações no sentido em que, estes têm como objetivo: “promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate das situações críticas de pobreza, particularmente a infantil, da exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades, tendo igualmente especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade”.

Outro exemplo é o da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) 2013-2020, aprovada pela RCM nº 25/2013, de 17 de Abril, que enquadra não só a perspetiva da Administração Pública e dos diferentes ministérios, mas também as sensibilidades dos ciganos portugueses e das organizações da sociedade civil que trabalham com estas comunidades no nosso país. O modelo escolhido para a conceção desta Estratégia Nacional compreende o envolvimento dos ministérios que tutelam as áreas que necessitam uma maior atenção, através de seus representantes, a participação de autoridades regionais e locais e de instituições da sociedade civil, bem como de grupos alargados de elementos das comunidades ciganas, enquanto parte interessada na formulação das medidas de intervenção que lhes são dirigidas.

Foi também criado, através da RCM nº 29/2013, de 8 de maio, o Plano Nacional de Voluntariado – 2013-2015 (PNV). Um dos objetivos do PNV é, incentivar o Voluntariado Social de Proximidade, quer no domicílio, quer nas estruturas residenciais, para pessoas idosas, indo ao encontro do ponto 3, da RAR nº 61/2012, de 4 de maio, que recomenda que se “incentive o voluntariado de vizinhança, coordenado pelos Conselhos Locais de Ação Social e em estreita articulação com as forças de segurança e os serviços da segurança social, com o fim de identificar pessoas idosas em situação de isolamento, abandono e violência e encaminhar para a rede social ou comissões sociais de freguesia...”

Tem ainda sido dado, nestes últimos meses, novo impulso à Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) 2009-2015. Esta Estratégia, que visa a criação de condições para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas e assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia, com vista ao exercício pleno da cidadania, apresenta medidas ao nível da PREVENÇÃO junto de grupos de risco, da INTERVENÇÃO e de ACOMPANHAMENTO de pessoas em situação de SEM-ABRIGO. A implementação é operacionalizada a nível local, no âmbito da Rede Social (Conselhos Locais de Ação Social), com base em planos específicos e adequados às necessidades locais identificadas e através dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA), caso a dimensão do fenómeno o justifique.

Assim, fica desde já o repto às redes sociais locais, para darem a conhecer as suas iniciativas nestes domínios que, entre outros, constituirão temas para as próximas edições.

São desafios de proximidade e participação que, tantas vezes, reforçam ainda mais o “capital social” dos territórios, a confiança nas instituições, as relações interpessoais e a participação social.